

RELATÓRIO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA DE 2020

RESUMO EXECUTIVO

Angola é uma República Constitucional. Em Agosto de 2017, o Movimento Popular de Libertação de Angola, no poder, venceu as eleições presidenciais e legislativas, com 61 por cento dos votos. O candidato do partido no poder, João Lourenço, tomou posse em Setembro de 2017, para um mandato de cinco anos, tendo o partido, mantido a maioria absoluta na Assembleia Nacional. Observadores locais e internacionais informaram que a votação ocorreu de forma pacífica e geralmente credível, embora o partido no poder tenha beneficiado de vantagens resultantes do controlo da imprensa Estatal e da posse de outros recursos. O tribunal constitucional indeferiu um recurso interposto pelos partidos da oposição, alegando irregularidades na contagem dos votos a nível provincial e falta de transparência na tomada de decisões por parte da Comissão Nacional Eleitoral.

A polícia nacional, tutelada pelo Ministério do Interior, tem a responsabilidade de velar pela segurança interna e por fazer cumprir a lei. O Serviço de Investigação Criminal, igualmente sob a tutela do Ministério do Interior, tem sob a sua responsabilidade a prevenção e a investigação dos crimes nacionais. O Serviço de Migração e Estrangeiros e a Polícia de Guarda Fronteira, ambas sob a tutela do Ministério do Interior, são responsáveis pelo cumprimento da lei em questões relativas à migração. Os serviços de inteligência e Segurança responde perante à Presidência da República e tem a função de investigar questões relativas à segurança do Estado. As Forças Armadas Angolanas têm a responsabilidade de garantir a segurança externa, mas possuem igualmente responsabilidades a nível interno, incluindo a garantia da segurança fronteira, a expulsão de migrantes em situação irregular bem como a realização de acções em pequena escala contra alguns grupos, como os separatistas da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda. As autoridades civis mantiveram o controle efectivo sobre as Forças Armadas e a Polícia Angolana, tendo o Estado criado mecanismos para investigar e punir crimes de abuso e corrupção. As forças de segurança mantiveram, de uma forma geral, a sua eficácia, embora agindo por vezes com violência, na manutenção da estabilidade. Alguns efectivos das forças de segurança cometeram alguns abusos.

Entre os problemas significativos relativos aos direitos humanos, constataram-se: mortes ilícitas e arbitrárias, incluindo assassinatos extrajudiciais cometidos pelas forças de segurança; ocorrências de tratamento desumano ou degradante ou a punição por parte das forças de segurança; condições de encarceramento duras e potencialmente fatais, detenções arbitrárias, prisões ou detenções arbitrárias; prisões ou detenções por motivações políticas; restrições graves à liberdade de expressão e de imprensa, incluindo violência, ameaça de violência ou detenções injustificadas de jornalistas e processos de difamação; actos de corrupção grave; falta de investigação de e de responsabilização por actos de violência contra a mulher; e crimes envolvendo violência ou ameaça de violência contra lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgéneros e indivíduos intersexuais.

ANGOLA

O Estado Angolano tomou medidas significativas visando processar ou punir funcionários públicos que cometeram vários crimes. O Estado procedeu igualmente à exoneração e processou judicialmente vários ministros, governadores provinciais, oficiais superiores das forças armadas e outros funcionários públicos por actos de corrupção e crimes económicos. No entanto, a responsabilização por actos de violação contra os direitos humanos foi feita de forma limitada devido a ausência de mecanismos de equilíbrio e controlo entre os três poderes, falta de capacidade institucional, a existência de uma cultura de impunidade, e a corrupção nas instituições do Estado. As forças de segurança por vezes recorreram à força excessiva para fazer cumprir as medidas de restrição contra a pandemia do COVID-19. Em alguns casos, o Estado responsabilizou as forças de segurança por tais violações.

Artigo 1. Respeito à Integridade da Pessoa Humana, Incluindo a Liberdade de:

a. Privação Arbitrária da Liberdade e Assassinatos de Natureza ilícita ou por Motivações Políticas

O Estado ou os seus agentes cometeram assassinatos arbitrários ou de natureza ilícita. A polícia nacional e as Forças Armadas Angolanas (FAA) possuem mecanismos internos para a investigação de casos de violação cometidos pelas forças de segurança e o Estado realizou algumas acções de formação visando a reforma das forças de segurança.

Várias mortes ocorreram após o Estado ter decretado várias medidas visando o combate à COVID-19, referidas no decreto presidencial como “estado de emergência”, em Maio, e “estado de calamidade” em Junho, que exigiu por parte da polícia e das forças armadas que fizessem cumprir as medidas nelas constantes, incluindo o uso de máscara, o distanciamento físico e restrições de mobilidade. Relatórios credíveis publicados em Maio e Junho dão conta que as forças de segurança foram responsáveis pela morte de pelo menos sete pessoas, no exercício da imposição do cumprimento das restrições devidas ao COVID-19.

Em 22 de Agosto, um grupo de efectivos da polícia e das forças armadas, abordou um grupo de jovens no Zango 3, município de Viana, Luanda, pelo facto de não estarem a usar máscara. Um dos jovens tentou fugir para a sua residência que ficava a cerca de 10m de distância, tendo um dos efectivos das forças armadas efectuado disparos que resultaram na morte do jovem. De acordo com o Comando Provincial da Polícia de Luanda, o Serviço de Investigação Criminal e a Judiciária Militar detiveram o militar, tendo o grupo sido chamado para prestar depoimento sobre o ocorrido.

A 1 de Setembro, o médico pediatra Dr. Sílvio Dala, faleceu enquanto se encontrava numa esquadra policial em prisão preventiva, após ter sido detido por estar a conduzir a sua viatura sem o uso de máscara. De acordo com a polícia, Dala conduzia sozinho quando foi abordado pela polícia e levado para

uma esquadra aonde bateu com a cabeça após ter desmaiado. A polícia informou que o trauma resultante da queda provocou uma grave hemorragia e que Dala não resistiu à mesma, a caminho do hospital. A autópsia concluiu que Dala faleceu de causas naturais.

A polícia declarou que Dala foi detido por violação à regra do uso de máscara no interior de viatura e pelo facto da polícia procurar garantir que Dala pagasse a multa no local da abordagem. A Ordem dos Médicos Angolanos, vários deputados da Assembleia Nacional e inúmeras postagens nas redes sociais contrariaram a versão oficial da polícia sobre a morte de Dala. O clamor público subsequente após a morte de Dala, levou a que o governo terminasse com a regra da obrigatoriedade de uso de máscara no interior de viaturas, quando o utente se encontre sozinho.

Em 11 de Novembro, durante um protesto em Luanda para exigir melhores condições de vida e as eleições autárquicas, Inocêncio de Matos, de 26 anos de idade, foi morto quando a polícia tentava dispersar os manifestantes. A polícia levou-o ao hospital aonde o mesmo foi tratado, mas veio posteriormente a falecer. Testemunhas afirmaram que a polícia disparou mortalmente contra ele. De acordo com o relatório da autópsia, ele faleceu de “agressão física por objecto não especificado.”

b. Desaparecimento

Não houve relatos de desaparecimentos por parte ou a favor das autoridades governamentais.

c. Tortura e Outro Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano ou Degradante

A constituição e demais legislação em vigor, proíbem quaisquer formas de tortura e de tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, mas o Estado nem sempre fez cumprir tais obrigações.

Relatórios periódicos deram a conhecer sobre espancamentos e outras violações ocorridas a caminho e no interior das esquadras policiais, durante os interrogatórios. O Estado reconheceu que por vezes, efectivos das forças de segurança fizeram uso excessivo da força, no acto de apreensão de populares. As autoridades policiais condenaram publicamente alguns actos de violência ou de excessivo uso da força contra a população e solicitaram que as vítimas fizessem queixa à polícia nacional ou à Provedoria de Justiça sobre actos de violação.

Vários relatos indicaram que a polícia recorreu ao uso excessivo da força para fazer cumprir o estado de emergência no combate ao COVID-19. Em 30 de Março, um vídeo partilhado nas redes sociais mostrava efectivos da polícia a agredirem vários homens com cassetetes (puretes) enquanto os homens permaneciam deitados no chão, no interior de uma esquadra policial.

Em 24 de Outubro, uma demonstração pacífica contra o governo exigindo empregos e a realização das eleições autárquicas, foi violentamente reprimida

tendo resultado no ferimento de várias pessoas, na detenção de 103 pessoas acusadas de desobediência e houve ainda relatos não confirmados da morte de duas pessoas. De acordo com o advogado defensor dos direitos humanos, Salvador Freire, alguns dos detidos, principalmente os organizadores do protesto, foram alvo de tratamento cruel e de actos de violência enquanto permaneceram em prisão preventiva.

Condições das Penitenciárias e Centros de Detenção

As condições nas penitenciárias e centros de detenção são difíceis para a vida humana e potencialmente fatais devido à sobrelotação, falta de cuidados de saúde, actos de corrupção e de violência.

Condições Físicas: O Director do Gabinete Institucional e de Imprensa do Ministério do Interior, Waldemar José, afirmou que as 40 cadeias existentes estão sobrelotadas. As cadeias têm uma capacidade total de 21,000 reclusos, mas albergam mais de 26,000, metade dos quais em regime de prisão preventiva. José afirmou que o sistema prisional mantém um número excessivo de reclusos em prisão preventiva devido ao acumular de processos no sistema judicial.

As autoridades mantêm com frequência, detidos em regime de prisão preventiva junto a condenados. As autoridades também mantêm detidos a cumprir penas leves junto com os que cumprem penas longas por crimes violentos, principalmente nas cadeias das restantes províncias. Os reclusos incapazes de pagar caução, permaneceram detidos após concluírem as penas ou enquanto aguardavam a emissão do mandado de soltura por parte dos tribunais superiores. Muitos reclusos permaneceram em prisão preventiva por períodos superiores ao que está estipulado por lei, que vai de 4 a 14 meses, dependendo da gravidade e da complexidade do crime de que são acusados.

Em 23 de Junho, um vice-procurador geral afirmou que na província de Malanje, vários processos crime permanecem nas secretárias dos juízes aguardando audiência judicial, enquanto os tribunais de instância superior atrasam a emissão do mandado de soltura, originando a sobrelotação das cadeias.

O director da cadeia de Luzia em Saurimo, província da Lunda Sul, afirmou que a cadeia manteve dois reclusos em prisão preventiva durante mais de dois anos. A cadeia também manteve vários reclusos que já haviam cumprido a pena e apenas aguardavam a emissão do mandado de soltura.

As condições das cadeias variaram entre as áreas urbanas e rurais. As cadeias nas áreas rurais estiveram menos sobrelotadas e possuíam melhores serviços de reabilitação, formação e de reintegração. Não houve relatos de ocorrência de mortes em cadeias resultante do mau estado de conservação das mesmas. As cadeias nem sempre providenciaram cuidados de saúde e de saneamento básico adequados, fornecimento de água potável ou de alimentos e foi habitual os familiares dos reclusos levar alimentos aos mesmos. Organizações Não Governamentais (ONGs) afirmaram que os serviços prestados pelas cadeias foram insuficientes.

Um advogado defensor dos direitos humanos descreveu como sendo terríveis, as condições existentes na cadeia de Cabinda, aonde três dos seus constituintes se encontravam em regime de prisão preventiva, adiantando que os reclusos não tinham acesso à água potável para consumo ou higiene pessoal, defecavam no mesmo local em que se alimentavam; cada cela albergava oito reclusos enquanto outros eram obrigados a dormir nos corredores. Não se fazia cumprir o distanciamento social para a prevenção do COVID-19.

Administração: O Estado procedeu à investigação e ao controlo das condições das cadeias e centros de detenção. Alguns reclusos, incluindo os de carácter violento, afirmaram ter pago multas e subornos para serem soltos, mas não ficou claro qual o nível de prevalência desta prática.

Monitorização Independente: O Estado autorizou a visita às cadeias por parte de observadores locais e internacionais dos direitos humanos e de diplomatas estrangeiros. No entanto, organizações da sociedade civil depararam-se com dificuldades para contactar reclusos tendo as autoridades prisionais dificultado o trabalho da sociedade civil nas cadeias, impedindo o seu acesso às cadeias.

Membros de partidos da oposição efectuaram visitas regulares às cadeias em todo o país, tendo relatado haver um desnível na melhoria das condições de vida e nos programas de reabilitação. De acordo com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, representantes desse ministério efectuaram visitas mensais aos centros de detenção, acompanhados de representantes do Ministério Público, da Procuradoria Geral da República e de deputados à Assembleia Nacional, para em conjunto avaliarem as condições de vida dos reclusos. Os deputados à Assembleia Nacional, realizaram igualmente visitas independentes às cadeias. Em 27 de Fevereiro, os parlamentares visitaram a cadeia de Peu-Peu, na província do Cunene.

Melhorias: A seguir à entrada em vigor, em 27 de Março, do “estado de emergência”, decretado em virtude da pandemia do COVID-19, a PGR ordenou a soltura de aproximadamente 1,000 reclusos que se encontravam em prisão preventiva e que se determinou não constituírem perigo à sociedade. A PGR afirmou que tal soltura se destinava a melhorar as condições das cadeias que se deterioraram devido à sobrelotação no sistema prisional.

d. Prisões ou Detenções Arbitrárias

A lei proíbe a realização de prisões e detenções arbitrárias, porém, as forças de segurança nem sempre cumpriram com esse pressuposto. A constituição prevê o direito a habeas corpus para os cidadãos contestarem a sua detenção antes do julgamento.

De acordo com várias fontes de ONGs e da sociedade civil, a polícia deteve arbitrariamente cidadãos sem processo formado e deteve de forma rotineira, pessoas que participavam ou que se preparavam para participar em protestos antigovernamentais, apesar da constituição proteger o direito à manifestação.

Apesar de alguns destes detidos terem sido libertados após algumas horas, por vezes outros foram acusados de vários crimes.

Procedimento do Acto de Detenção e Tratamento dos Detidos

A lei exige que um magistrado ou juiz emita um mandado de prisão antes da efectivação da mesma embora uma pessoa apanhada em flagrante delito possa ser detida imediatamente sem mandado. Porém, as autoridades nem sempre se fizeram acompanhar de mandados de prisão nos actos de detenção.

Por lei, o Ministério Público tem a obrigação de informar ao detido sobre a base legal da sua detenção, no prazo de 48 horas. Fontes de ONGs relataram que as autoridades nem sempre respeitaram esse pressuposto. No caso de, no prazo de 48 horas, o Ministério Público não conseguir determinar que existe base legal que sustente a detenção, o Ministério Público tem a autoridade de ordenar a soltura da pessoa detida. Dependendo da gravidade do caso, o Ministério Público pode sugerir que o detido requeira um dos procedimentos previstos para aguardar julgamento tais como o pagamento de caução, o termo de identidade e residência ou a prisão domiciliar.

No caso de o Ministério Público determinar a existência de base legal para a detenção, o detido pode permanecer em regime de prevenção preventiva por um período máximo de quatro meses sem acusação formal e por um período máximo de 12 meses, antes da obrigatoriedade de tomada de decisão por parte de um juiz de direito. Os casos complexos relativos a crimes cuja moldura penal seja igual ou superior a oito anos, prevêem um período máximo de prisão preventiva de 14 meses, antes da obrigatoriedade da tomada de decisão por parte de um juiz. Por lei, o período cumprido em regime de prisão preventiva, conta como parte do tempo de condenação, se for o caso.

A lei estipula que todos os detidos têm direito a advogado de defesa, seja escolhido pelo próprio ou atribuído pelo Estado em regime pro bono. A escassez de advogados de defesa em algumas províncias, impossibilita o direito a advogado por parte dos detidos. Os mesmos não existem em quantidade suficiente para tratar da quantidade de processos e a distribuição geográfica dos mesmos também constituiu um problema visto que a maioria dos advogados estavam concentrados em Luanda. Os juristas e ONGs notaram que em Luanda, a maioria dos réus com escassos meios de subsistência, não tem acesso a advogado de defesa durante a audiência judicial inicial ou durante o julgamento. Na ausência de advogado de defesa, o tribunal pode nomear um oficial de justiça para representar o réu, mas estes, frequentemente, carecem dos fundamentos técnicos para proporcionarem uma boa defesa.

O sistema de soltura mediante caução funcionou, porém sem a eficácia desejada, e foi utilizado maioritariamente para os casos de delitos menores. Os reclusos e os seus parentes informaram que os agentes prisionais exigiram o pagamento de subornos para a soltura de reclusos.

A lei prevê que os parentes dos reclusos tenham pronto acesso aos mesmos, mas os agentes prisionais em várias ocasiões desrespeitaram este direito ou

condicionaram-no ao pagamento de suborno. A lei determina que os reclusos se mantenham incomunicáveis por um prazo máximo de 48 horas, antes de serem presentes ao Ministério Público, com a excepção de poderem ser contactados por advogado ou por parentes.

Em 27 de Março, as autoridades prisionais suspenderam todas as visitas aos reclusos e detentos devido ao “estado de emergência” em vigor em virtude do COVID-19. As autoridades penitenciárias permitiram visitas dos advogados aos seus clientes e que os parentes obtivessem notícias dos seus parentes reclusos. A suspensão das visitas continuou em vigor até 25 de Maio, altura em que foi decretado, a seguir, o “estado de calamidade”. O Decreto Presidencial 142/20 publicado a 25 de Maio, previa a visita aos reclusos a 29 de Junho, 13 de Julho e 27 de Julho, para diferentes categorias de reclusos. As actualizações subsequentes ao “estado de calamidade” efectuadas a 7 de Julho, 9 de Agosto e 9 de Setembro, não mencionaram a questão das visitas às cadeias. Em Dezembro, não foram acrescentadas medidas adicionais que autorizassem a visita de parentes aos reclusos.

A esposa de um recluso da cadeia de Kakila afirmou que desde a entrada em vigor do “estado de emergência”, ela ficou impedida de visitar ou entrar em contacto com o marido e que só lhe era permitido deixar a comida na entrada principal, para que fosse posteriormente entregue ao marido. Ela adiantou que a cadeia de Kakila não possuía água corrente há mais de um mês.

Detenções Arbitrárias: Durante o ano, houve ocasiões em que as forças de segurança reagiram com violência às demonstrações públicas contra o governo. A presença visível das forças de segurança foi suficiente para impedir significativamente o que o Estado chamou de protestos ilegais. As autoridades governamentais afirmaram que agitadores conhecidos, que procuravam criar instabilidade social, eram os promotores de muitos dos protestos públicos.

Em 5 de Agosto, a polícia deteve no município de Dande, província do Bengo, os activistas Domingos Periquito, Domingos Jaime, Gomes Hata e Manuel Lima, que procuravam organizar uma manifestação contra a falta de água potável. Domingos Jaime, um cantor de rap com a alcunha de Jaime MC, foi atropelado por uma viatura da polícia e posteriormente levado para o hospital. A polícia acusou os activistas de não estarem a usar máscara, mas um juiz retirou as acusações. Após a retirada das acusações, o Serviço de Investigação Criminal conduziu os activistas de volta à esquadra, aonde foram feitas novas acusações, desta feita por desacato às autoridades. Os activistas foram condenados a um mês de pena suspensa que foi convertida em multa. Os activistas não tinham meios financeiros para pagar a multa e permaneceram detidos até conseguirem reunir o valor da multa.

Em 24 de Outubro, 103 pessoas foram detidas em Luanda, durante uma manifestação pacífica que exigia a melhoria das condições de emprego e a realização das eleições autárquicas. Entre os detidos, encontravam-se transeuntes que se encontravam nas proximidades e que foram detidos à força sem terem qualquer participação na manifestação. Das 103 pessoas detidas,

seis foram soltas antes do julgamento, 26 foram absolvidas e 71 foram condenadas por desacato e multadas.

Prisão Preventiva: O período excessivo de prisão preventiva continuou a constituir um problema grave. Na base do problema esteve o número insuficiente de juizes e o problema da comunicação entre as autoridades. Em alguns casos, as autoridades mantiveram as pessoas detidas por um período máximo de cinco anos, em regime de prisão preventiva. O Estado não soltou os detidos que ultrapassaram o prazo de prisão preventiva, alegando que em ocasiões anteriores, tais solturas resultaram num aumento da criminalidade.

e. Negação de Julgamento Público Justo

A constituição e demais legislação prevêem a existência de um sistema judicial independente e imparcial. O sistema judicial ressentiu-se da existência de problemas institucionais, incluindo influências políticas nas tomadas de decisões. O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e a PGR trabalharam no sentido de melhorar a independência dos procuradores e juizes. O Instituto Nacional de Estudos Judiciários levou a cabo programas de capacitação no sentido de promover a independência do sistema judicial.

Houve enormes atrasos nos julgamentos ao nível do Tribunal Supremo, em parte devido ao facto de que o mesmo continuava a ser o único tribunal de segunda instância no país. Uma lei de 2015 criou um outro nível de tribunais de apelação (tribunais de relação) com vista à diminuição dos atrasos, dois dos quais foram inaugurados em Benguela e Lubango, mas que até ao final do ano ainda não funcionavam. Os tribunais de primeira instância também se debatiam com o acumular de processos, o que resultou em enormes atrasos nas audiências.

Os tribunais informais continuaram a ser as principais instituições a que os cidadãos recorreram para resolver litígios nas áreas rurais, tais como os relacionados com negócios envolvendo troca de produtos. Cada comunidade em que estes tribunais funcionavam, estabelecia as suas próprias regras, criando disparidades na forma como casos similares eram resolvidos nas várias comunidades. Os líderes tradicionais comunitários, conhecidos por “sobas”, também presidiam as audiências e decidiam sobre casos a nível local. Os sobas não possuem autoridade para decidir sobre casos do fórum criminal, apenas aos tribunais cabe esta prerrogativa.

Tanto a polícia nacional como as FAA possuem tribunais internos cujos trâmites ocorrem geralmente fora do escrutínio público. Embora os efectivos desses órgãos possam ser julgados a nível interno, os processos relativos a ofensas civis e criminais também podem cair sob a alçada dos tribunais provinciais. Os tribunais militares encontram-se sob a tutela tanto do Ministério da Justiça como da PGR.

Trâmites do Julgamento

Apesar da lei prever o direito ao cidadão de um julgamento justo, nem sempre as autoridades respeitaram esse pressuposto. Os réus têm o direito à presunção de inocência, até prova em contrário. As autoridades têm a obrigação de informar aos réus, em detalhe e no prazo de 48 horas após a detenção, sobre os crimes que pendem sobre si. Os réus têm o direito à interpretação de língua estrangeira gratuita durante as audiências, desde o momento da acusação até ao esgotamento do recurso.

Em Julho, a Assembleia Nacional aprovou com unanimidade um novo código penal, no sentido de esclarecer o papel a desempenhar por cada uma das partes envolvidas nos processos judiciais, introduzindo regras para tornar mais expedito os processos judiciais e proporcionar novos trâmites tanto para o requerente como para o réu.

Por lei, os julgamentos são geralmente abertos ao público embora cada tribunal tenha a prerrogativa de os realizar à porta fechada. Os réus têm o direito a estar presentes e a consultarem o advogado, seja este nomeado por si ou pelo Estado, em tempo oportuno. De acordo com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, todos os defensores públicos são advogados licenciados. O réu não tem o direito de confrontar o requerente. O mesmo tem o direito de questionar as testemunhas de acusação e de apresentar testemunhas e provas a seu favor. Os réus têm o direito a ter tempo suficiente e meios para preparar a sua defesa. A lei protege os réus de prestarem depoimento auto-incriminatório. O cidadão tem direito a recurso, após condenação. As autoridades nem sempre cumpriram com estes direitos referentes aos trâmites judiciais.

Existe um tribunal de menores que trata do julgamento de cidadãos menores de idade, entre os 12 e 16 anos de idade, acusados de ofensas criminais. Os cidadãos com idade superior a 16 anos que cometam ofensas criminais, são julgados nos tribunais normais. Em muitos municípios em regiões rurais, não existem julgados de menores, assim sendo, cidadãos acusados de crimes, alguns com idade inferior a 12 anos, podem ser julgados como adultos. Em muitos casos, os líderes tradicionais têm a autoridade de resolver litígios e decidir sobre ofensas criminais, funcionando como instituições ad hoc do Estado.

O presidente da República nomeia os juizes do Tribunal Supremo para mandatos vitalícios, sem o respaldo da Assembleia Nacional. O Tribunal Supremo, de forma geral, trata de processos respeitantes alegadamente a crimes de natureza política e da segurança nacional.

Presos e Detidos Políticos

Na província de Cabinda, as autoridades detiveram três activistas membros da União para a Independência de Cabinda, em 28 e 29 de Junho. As autoridades detiveram Maurício Gimbi, André Bonzela e João Mampuela, sob a acusação de transportar panfletos com os slogans, “Abaixo as armas”, abaixo a guerra em

Cabinda”, “Cabinda não é Angola”; e “Nós queremos o diálogo”. Os homens foram presentes ao Ministério Público a 30 de Julho, que decretou a sua prisão em regime de prisão preventiva. De seguida, as autoridades acusaram-nos do crime de rebelião e associação criminosa.

O advogado dos mesmos, Arão Tempo, interpôs recurso à prisão preventiva. Em 21 de Agosto, o Tribunal Provincial de Cabinda decidiu manter Gimbi e Mampuela em prisão preventiva, mas soltou Bonzela mediante o pagamento de multa de um valor substancial. Tempo afirmou que pelo valor da multa, seria impossível pagar, devido à baixa condição social e económica dos Cabindenses. Os três activistas permaneceram detidos. Em 15 de Novembro, o advogado defensor dos direitos humanos e chefe da organização pro bono Associação Mãos Livres, exigiu a sua libertação.

Trâmites Judiciais Cíveis e Indemnizações

Quem se sentir lesado pode requerer junto dos tribunais provinciais, indemnização por violação aos direitos humanos, com direito a recurso ao Tribunal Supremo. No decorrer do ano, a Assembleia Nacional aprovou um novo código penal que prevê que as vítimas de violações aos direitos humanos, requeiram indemnização ao Estado. A lei prevê que o Estado indemne as vítimas que tenham alegadamente sido alvo de detenção ou prisão ilegal, que estejam em excesso de prisão preventiva e que não sejam soltos em tempo oportuno, contra uma cláusula legal ou decisão judicial ou que sejam vítimas de erro judicial grave. Os agentes da ordem pública responsáveis por acções que configurem violação dos direitos humanos devem, por sua vez, indemnizar o Estado.

A SOS Habitat intentou uma acção judicial alegando que o Estado não cumpriu com uma decisão judicial de indemnizar uma vítima que havia sido alvo de morte ilícita. A ONG processou o Estado a favor da família de Rufino António, de 14 anos, morto por efectivos militares em Agosto de 2016 quando protestava contra as demolições que estavam a ocorrer no seu bairro, no Zango, província de Luanda. O Tribunal Militar da Região de Luanda condenou os quatro efectivos das forças armadas a penas de prisão de 1 a 18 anos e ordenou-os a pagar uma indemnização à família de Rufino no valor de 1.000,000 Kwanzas (\$1,740). A família não recebeu tal valor, da parte do Estado ou dos militares condenados.

Indemnização Patrimonial

A constituição reconhece o direito à habitação e à qualidade de vida e a lei estipula que as pessoas transferidas das suas propriedades, recebam uma compensação justa. A constituição reconhece o direito à propriedade privada e determina que o Estado proteja os direitos patrimoniais dos cidadãos, incluindo as comunidades locais, devendo a expropriação apenas aplicar-se por razões de utilização pública. A constituição determina igualmente que toda a terra sem título de propriedade é propriedade do Estado, sem excepção para os criadores de gado ou as sociedades tradicionais.

No município de Quipungo, província da Huíla, os agricultores e pastores da comunidade de Kakoi-Mangango, afirmaram que as suas terras lhes foram retiradas pelo administrador comunal de Cainda, sem aviso prévio, tendo sido entregues ao fazendeiro Fernando Abílio Lumbamba. Os camponeses locais tentaram realizar um protesto junto às autoridades municipais, mas foram ameaçados pelo administrador comunal que afirmou que o terreno em questão era propriedade do Estado. Uma ONG local escreveu uma carta ao governador da Huíla, Luís Nunes, em nome dos camponeses, denunciando a expropriação das terras.

f. Interferência Arbitrária ou Ilegal sobre a Privacidade, Família, Lar ou Correspondência

A constituição e demais legislação, proíbem a interferência arbitrária ou ilegal sobre a família, o lar ou a correspondência, mas o Estado nem sempre cumpriu com tais proibições. As organizações cívicas e indivíduos politicamente activos, incluindo críticos ao governo, membros de partidos da oposição e jornalistas, reclamaram que o Estado mantinha as suas actividades e filiações sob vigilância. Estes grupos queixaram-se igualmente e com frequência, de ameaças e hostilização com base nas suas filiações a grupos suposta ou explicitamente antigovernamentais.

Artigo 2. Respeito pelas Liberdades Cívicas, Incluindo:

a. Liberdade de Expressão, Incluindo para a Imprensa

A constituição e demais legislação, prevêem a liberdade de expressão, incluindo para a imprensa. A imprensa estatal continuou a ser a principal fonte de notícias e, de uma forma geral, reflectiu pontos de vista pró-governamentais. Aumentou o acesso dos cidadãos ao uso privado da imprensa e das plataformas de redes sociais, criticando abertamente as políticas e práticas do Estado.

Liberdade de Expressão: Populares relataram casos de autocensura, mas de uma forma geral, puderam criticar as políticas do Estado sem receio de represálias directas. As redes sociais foram utilizadas em larga escala nas grandes cidades e constituíram um fórum aberto para debate.

Liberdade de Imprensa e dos Meios de Comunicação, Incluindo a Imprensa Online: A televisão, a rádio e a imprensa escrita privada, funcionaram no país, embora a cobertura continuou a ser mais extensiva em Luanda e nas capitais de província, incluindo Benguela, Huambo e Lubango, relativamente ao resto do país.

Os órgãos de imprensa online aumentaram o número de visualizações. A imprensa privada criticou abertamente o governo. Em Julho e Agosto, após uma investigação realizada contra os proprietários de dois dos principais grupos de comunicação privada, o Estado confiscou os dois principais grupos de imprensa privados e transferiu-os para o controlo do Estado.

Alguns órgãos importantes da imprensa privada voltaram a ser controlados pelo Estado, após a investigação sobre corrupção ter concluído que tais órgãos haviam sido ilicitamente financiados com fundos públicos, através de individualidades muito próximas ao antigo presidente Eduardo dos Santos. Em 31 de Julho, o Serviço Nacional de Recuperação de Activos da PGR confiscou o Grupo Média Nova, proprietário da TV Zimbo, Rádio Mais e do jornal O País, os quais passaram a ser controlados pelo Estado. Em 28 de Agosto, o grupo Interactive Empreendimentos e Multimédia, proprietário da TV Palanca e da Rádio Global, foi igualmente confiscado pelo Estado. Em 4 de Setembro, o governo anunciou que a TV Palanca iria tornar-se num canal dedicado ao desporto.

Jornalistas e partidos da oposição afirmaram que o confisco dos órgãos de imprensa era uma questão preocupante e que iria limitar o jornalismo independente, na antecâmara da realização das eleições legislativas de 2022. O governo argumentou que as empresas confiscadas se encontravam em más condições financeiras e precisavam de ser reestruturadas antes de serem colocadas à venda aos investidores, no quadro do programa de privatização levado a cabo pelo Estado.

As licenças de transmissão são concedidas pelo ministério das Telecomunicações, Tecnologia e Comunicação Social. Jornalistas criticaram o custo das licenças, acrescentando um custo tão elevado constituía um entrave ao pluralismo da informação e ao surgimento de novos actores. A licença base para operar uma estação de televisão custa \$ 1.4 milhões, ao passo que uma licença de rádio custa \$136,000. Jornalistas criticaram igualmente a falta de transparência no processo adoptado pelo Estado para a concessão de licenças.

Jornalistas reclamaram regularmente de falta de transparência e de comunicação por parte dos gabinetes de comunicação e imagem dos órgãos do Estado e de outros responsáveis do Estado.

O presidente da República nomeia os PCAs dos principais órgãos de imprensa estatais e o controlo destes órgãos por parte do Estado levou a que frequentemente as suas notícias fossem parciais. Os órgãos de imprensa estatal, incluindo a Televisão Pública de Angola (TPA), a Rádio Nacional e o Jornal de Angola, favoreceram o partido no poder, mas aumentaram o tempo de cobertura dos pontos de vista dos partidos políticos da oposição, bem como os problemas sociais resultantes da fraca governação. A TPA efectuou a transmissão em directo das sessões plenárias da Assembleia Nacional, incluindo as intervenções dos partidos da oposição. A TPA convidou igualmente políticos da oposição e membros da sociedade civil para comentarem em directo sobre as matérias noticiadas no jornal da noite, mas as estações privadas foram proibidas de cobrir as sessões parlamentares. Os partidos da oposição também tiveram, de uma forma geral, menos tempo de antena comparativamente ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no poder, sendo por vezes, difícil distinguir a comunicação do Estado da do partido no poder.

Violência e Hostilização: Jornalistas relataram mais incidentes de violência ou de hostilização, comparativamente ao ano anterior.

Em 23 de Janeiro, a polícia deteve dois jornalistas da agência Portuguesa de notícias LUSA, próximo do edifício da Assembleia Nacional, em Luanda. Os jornalistas cobriam uma manifestação que exigia a realização das eleições autárquicas em todos os municípios do país. A polícia afirmou que a manifestação era ilegal e que os jornalistas não estavam autorizados a cobrir a manifestação. A polícia deteve outros 10 manifestantes. Após a detenção, os dois jornalistas da LUSA foram levados à 4ª esquadra da polícia nacional, de seguida transferidos para a 2ª esquadra e finalmente soltos após uma hora, sem qualquer explicação. Após a libertação dos jornalistas, a LUSA fez sair uma nota de protesto dirigida ao governo.

Em 19 de Fevereiro, a polícia agrediu dois jornalistas da TV Palanca que cobriam uma manifestação junto a Assembleia Nacional, contra a tomada de posse do novo presidente da Comissão Nacional Eleitoral. O jornalista José Kiabolo afirmou ter sido agredido por cinco agentes da polícia, que espancaram a ele e ao seu cameraman, tendo destruído a câmara de filmar.

Durante uma manifestação ocorrida a 24 de Outubro, seis jornalistas foram detidos enquanto cobriam uma manifestação. Dois jornalistas da TV Zimbo foram soltos após terem sido obrigados a apagar toda a filmagem realizada da manifestação. Quatro jornalistas da Rádio Essencial e do Valor Económico permaneceram em prisão preventiva durante mais de 50 horas, sem qualquer acusação. Dois jornalistas da agência France Press alegaram ter sido agredidos pela polícia e informados que tinham de ter uma autorização especial para cobrir a manifestação. Posteriormente, na mesma semana, o presidente João Lourenço criticou as detenções dos jornalistas, afirmando ser aquela, uma situação que não queria ver repetida.

Censura ou Restrição de Conteúdos: A Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERCA) é um órgão regulador composto por 11 conselheiros nomeados pelos partidos políticos representados na Assembleia Nacional, pelo Estado e por jornalistas. O objectivo da ERCA é o de garantir a liberdade de imprensa e o trabalho da imprensa nos termos da lei, bem como de aprovar regulamentação e emitir decisões sobre estes problemas. Jornalistas e partidos políticos da oposição criticaram a ERCA por estar sob o controlo do partido no poder, o MPLA, e por aprovar regulamentação que favorece o governo.

A Comissão de Carteira e Ética (ECC) é um órgão exclusivamente composto por jornalistas, com a função de emitir e cassar as licenças dos jornalistas. A ECC permaneceu a maior parte do tempo inactiva por falta de cabimentação no Orçamento Geral do Estado de 2020. Em Julho, o Ministério das Telecomunicações e Comunicação Social criou um gabinete de apoio ao funcionamento da ECC e afirmou que o trabalho de credenciamento dos jornalistas iria iniciar em Outubro.

Jornalistas denunciaram a prática de autocensura por motivos políticos e financeiros.

O ministro da Comunicação Social, o porta-voz da Presidência da República e o director nacional da Informação mantiveram poderes significativos de tomada de decisão sobre a imprensa. O entendimento geral é que estas individualidades vetaram activamente artigos na imprensa escrita, televisão e rádio estatais e exerceram autoridade considerável sobre alguns órgãos de imprensa privados. A imprensa estatal raramente publicou ou transmitiu notícias críticas ao partido no poder, aos responsáveis governamentais ou às políticas do governo. As notícias críticas ao anterior governo de José Eduardo dos Santos e de altos responsáveis do Estado que foram exonerados sob alegação de corrupção aumentaram significante no decorrer do ano.

O *Novo Jornal* noticiou que o conhecido cantor Dog Murras, conhecido pelas suas críticas abertas ao governo, foi contratado pela TV Zimbo para apresentar o programa diário de intervenção social denominado *Fala Angola*. O *Novo Jornal* e a TV Zimbo eram propriedade da mesma empresa mãe. A notícia dava conta que antes da primeira apresentação de Murras, os accionistas da TV Zimbo foram avisados de que a sua presença poderia trazer consequências negativas para os seus negócios. A TV Zimbo rescindiu o contracto com Murras e retirou um vídeo promocional relativo ao programa, em 11 de Abril.

Em 30 de Agosto, dois dias após o Serviço de Recuperação de Activos da PGR ter confiscado a TV Palanca, o programa *Angola Urgente*, de intervenção social, foi retirado da grelha de programas. Em 4 de Setembro, o governo anunciou que a TV Palanca seria transformada num local dedicado ao desporto. Após o confisco, vários dos órgãos confiscados, incluindo a TV Zimbo e o *Novo Jornal*, continuaram a noticiar artigos críticos ao governo.

Lei sobre o Crime de Difamação/Calúnia: A difamação é um crime punível com pena de prisão ou multa pecuniária. Ao contrário dos processos em que existe a presunção de inocência até prova em contrário, os réus acusados do crime de difamação têm o ónus de provar a sua inocência, mediante apresentação de prova da validade do suposto material prejudicial.

Vários jornalistas da imprensa escrita, rádio e blogs de natureza política enfrentaram processos de difamação e calúnia. Jornalistas reclamaram que o governo utilizou a legislação sobre a difamação, no sentido de limitar a capacidade de noticiar sobre a corrupção e o nepotismo, enquanto que na avaliação do governo, jornalistas abusaram do seu cargo e publicaram notícias imprecisas sobre responsáveis do Estado e sem a devida verificação dos factos ou sem o direito de resposta aos visados.

Liberdade da Internet

O Estado não restringiu ou dificultou o acesso à internet ou efectuou censura sobre conteúdos online. Não houve relatos credíveis de que o governo vigiou comunicações online privadas sem o devido respaldo legal.

Liberdade Académica e Eventos Culturais

Não houve restrições do governo sobre a liberdade académica ou sobre eventos culturais.

b. Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação

Liberdade de Reunião Pacífica

A constituição e demais legislação prevêem o direito à liberdade de reunião pacífica e o Estado por vezes respeitou este direito.

A lei determina como requisito, uma solicitação por escrito dirigida ao administrador local e à polícia, três dias antes da realização do evento. A lei não exige que o Estado autorize reuniões públicas, mas permite às autoridades restringir ou impedir, por razões de segurança, reuniões que se realizem no espaço de 100 metros de instalações públicas, militares, prisionais, diplomáticas ou consulares. A lei também estipula que as reuniões públicas tenham início a partir das 19 horas, nos dias úteis, e a partir das 13 horas, aos Sábados.

Vários grupos defensores dos direitos humanos contestaram a lei de 1991 sobre a liberdade de reunião, através da realização de várias manifestações surpresa. Estes grupos afirmaram que a lei limita o direito fundamental de reunião concedido pela constituição de 2010 e recusaram-se em notificar previamente as autoridades sobre o horário e o local das manifestações e das reuniões públicas.

O número de protestos antigovernamentais aumentou e o Estado por vezes proibiu a realização de eventos com base na percepção ou na alegação de questões de segurança. As forças da ordem e os administradores não interferiram nos ajuntamentos pró-governamentais. Grupos sem filiação política que pretenderam criticar o governo ou responsáveis do Estado esbarraram sempre na presença da polícia que os impediu de realizar os seus eventos ou limitaram o percurso desejado. Nesses casos, as autoridades alegaram que o horário ou o local solicitado era problemático ou que as autoridades não haviam sido devidamente notificadas.

Em 19 de Janeiro, um protesto contra a tomada de posse do novo presidente da Comissão Nacional Eleitoral, resultou em violência policial e na detenção de mais de 30 manifestantes. O Comando Provincial da Polícia Nacional declarou que os manifestantes agiram com violência e organizaram

uma manifestação ilegal, sem cumprir com os requisitos legais. A polícia também deteve dois jornalistas da TV Palanca.

Na manifestação de 24 de Outubro, em Luanda, (consultar a alínea do Artigo 2, Violência e Hostilização), a polícia deteve igualmente 97 manifestantes e seis jornalistas. Um total de 71 manifestantes foram condenados a uma pena suspensa de um mês, por distúrbios e desacato, ao passo que 26 foram absolvidos. Todos os seis jornalistas foram soltos, tendo o presidente João Lourenço manifestado desagrado pelas detenções. O governo afirmou que a manifestação não estava autorizada e que quando a polícia tentou dispersar os manifestantes, alguns deles revidaram, atirando pedras e erguido bloqueios na via pública.

Liberdade de Associação

A constituição e demais legislação prevêem o direito de associação, mas o Estado nem sempre respeitou este direito. Atrasos enormes no processo de registo das ONGs constituíram um problema. As ONGs que ainda não haviam sido registadas foram autorizadas a funcionar. Por vezes, o Estado restringiu de forma arbitrária, as actividades das associações que considerou de subversivas, recusando-se a emitir licenças para projectos e outras actividades. As autoridades de uma forma geral, permitiram aos partidos políticos organizar e realizar reuniões.

A actividade das ONGs é regulada por uma lei de 2012 e por um decreto presidencial de 2002. Apesar de reclamações por parte da sociedade civil que os requisitos são confusos, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos providenciou de forma activa, informação sobre os requisitos do registo.

c. Liberdade de Religião

Consultar o *Relatório Internacional sobre a Liberdade de Imprensa* do Departamento de Estado em <https://www.state.gov/religiousfreedomreport/>.

d. Liberdade de Movimento

A constituição e demais legislação prevêem a liberdade de movimentação interna, de viagens ao exterior e de repatriamento. O Estado por vezes restringiu estes direitos.

Mobilidade Interna: Constatou-se ser comum a existência de postos de controlo para verificação de documentos nos aeroportos domésticos e nas estradas em todo o país. Relatos de ONGs locais sugerem que, apesar da redução significativa de tais casos, alguns agentes da ordem pública continuaram a extorquir valores monetários a civis, em postos de controlo e durante operações stop de trânsito, realizadas com regularidade. Relatos provenientes das províncias diamantíferas da Lunda Norte e Lunda Sul deram

conta que alguns agentes da ordem pública restringiram os movimentos das comunidades locais.

e. Situação e Tratamento aos Deslocados Internos

Não aplicável

f. Protecção aos Refugiados

De uma forma geral, o Estado cooperou com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (HCR) e com outras organizações humanitárias, na protecção e assistência aos refugiados, regressados, requerentes de asilo, apátridas e outras pessoas que suscitam preocupação.

Violência Contra os Migrantes, Refugiados e Apátridas: Houve relatos durante o ano, de que as autoridades provinciais da Lunda Norte exerceram pressão sobre migrantes em situação irregular, no sentido de os fazer regressar para a República Democrática do Congo (RDC). O Estado não prestou a devida protecção aos requerentes de asilo e aos refugiados urbanos, naquela região.

Em Maio, imigrantes ilegais num centro de detenção para migrantes, postaram um vídeo nas redes sociais queixando-se do longo tempo em que se encontravam detidos, do mau estado das instalações e do risco elevado em que se encontravam, de contrair o COVID-19 devido ao espaço exíguo em que se encontravam. As imagens mostravam as condições de alojamento e os autores reclamavam igualmente de falta de comida, artigos de higiene e máscaras faciais, que são requisitos do Ministério da Saúde, na impossibilidade de se observar o distanciamento social.

Em resposta, agências das Nações Unidas e missões diplomáticas entraram em contacto com responsáveis do Ministério do Interior que negaram as alegações dos detidos, sem, no entanto, autorizarem o acesso às instalações. Responsáveis do Estado afirmaram que os detidos utilizaram a pandemia como pretexto para conseguirem ser soltos e publicaram um vídeo que contrapunha as queixas, com imagens de instalações espaçosas e entrevistas com detidos e com líderes comunitários a elogiarem as condições de alojamento. Subsequentemente, a maioria dos detidos foi solta provisoriamente com a condição de se apresentarem aos Serviços de Migração e Estrangeiros, até à resolução dos seus casos.

Em 2018, as forças de segurança levaram a cabo a Operação Resgate, uma campanha nacional de reposição da legalidade visando combater a criminalidade, o crime violento, a migração ilegal, o comércio e a actividade religiosa ilegal e os acidentes de viação. A campanha afectou tanto os migrantes, refugiados e pessoas apátridas que se encontravam em situação legal como os que se encontravam sem documentação, visto que os mesmos dependem do comércio informal para a sua subsistência, que as oportunidades de emprego são limitadas e que a lei proíbe que os refugiados sejam proprietários de negócios. Uma ONG afirmou que a Operação

Resgate não terminou e que os problemas associados à mesma, continuam a ocorrer.

Nos termos da legislação em vigor, as autoridades emitiram cartões de refugiados com validade de cinco anos. As agências das Nações Unidas avisaram que os cartões dos refugiados expiraram em Julho, e desde então, o governo não prorrogou os cartões. O Ministério do Interior afirmou a responsáveis da ONU que o Estado iria começar a fazer cumprir a lei na totalidade, tão logo terminem as restrições impostas pela pandemia.

Acesso ao Asilo: A lei prevê a concessão do estatuto de asilo ou de refugiado, mas o Estado nem sempre implementou em pleno esta lei. A lei prevê procedimentos específicos para se requerer asilo bem como directivas sobre o tratamento dos processos de obtenção de estatuto de asilo e de refugiado. Porém, o HCR e outras ONGs relataram que os requerentes de asilo e os refugiados urbanos não possuíam qualquer mecanismo para requererem ou para de alguma forma resolverem a sua situação. Com a aprovação de uma lei em 2015, alterou-se o papel da Comissão de Reconhecimento do Direito de Asilo, da função anterior de identificação, verificação e legalização de requerentes de asilo, para a actual, de um órgão consultivo. O Estado não implementou um processo alternativo para o tratamento de casos de asilo e de refugiados, em substituição à função desempenhada anteriormente pela Comissão. A referida lei autorizou igualmente a criação de centros de acolhimento para refugiados e requerentes de asilo para fins de assistência, até à resolução dos seus casos, mas tais centros não haviam ainda sido criados.

Liberdade de Movimento: O HCR, ONGs e refugiados relataram a existência de restrições à liberdade de movimento na província da Lunda Norte. A polícia prendeu ou deteve refugiados, de forma arbitrária, ou destruiu os seus documentos de registo durante rusgas periódicas, principalmente no Dundo, a capital provincial. Os refugiados também relataram a existência de restrições à liberdade de movimento a partir dos seus locais de reassentamento no Lóvua, província da Lunda Norte, e que tais restrições motivaram-nos a regressar à RDC.

Emprego: Houve restrições formais colocadas à capacidade dos refugiados de procurarem emprego. O regulamento 273/13 dificulta os refugiados de tratarem o alvará comercial para iniciarem um negócio. Muitas vezes, os refugiados tinham dificuldades em conseguir emprego devido a sua incapacidade de conseguir documentação para trabalhar no sector formal. Os refugiados relataram que havia uma falta de aceitação geral do cartão de refugiado e falta de conhecimento relativamente aos direitos que tal cartão era suposto proporcionar. As autoridades continuaram a incomodar os requerentes de asilo que trabalham no mercado informal.

Acesso aos Serviços Básicos: As pessoas com estatuto de refugiado reconhecido puderam por vezes beneficiar de serviços públicos. O Estado não implementou os elementos chave constantes na lei do asilo de 2015, que inclui o acesso dos refugiados e requerentes de asilo aos serviços básicos e à emissão de documentos, incluindo a nova versão ou a prorrogação do

cartão de refugiado e certidões de nascimento para filhos de refugiados nascidos no país. Porém, o HCR, ONGs e refugiados relataram terem os refugiados urbanos em concreto tido dificuldades na obtenção de documentação após a aprovação da lei do asilo e que por vezes, enfrentaram dificuldades de acesso a serviços públicos como saúde e educação. A corrupção por parte dos funcionários agravou ainda mais a situação.

Soluções Duráveis: Em Janeiro e Fevereiro, o Estado cooperou com o HCR no apoio e organização do repatriamento voluntário de 2,812 refugiados da Lunda Norte para a RDC. O HCR calcula que 6,831 tenham permanecido no campo de reassentamento do Lóvua, na Lunda Norte.

g. Pessoas Apátridas

Não existe estudo ou sondagem relativo ao número de pessoas apátridas no país. O Estado calcula que existam mais de 12 milhões de cidadãos sem registo de nascimento no país. Os filhos nascidos no país de pais sem documentação podem se tornar pessoas apátridas caso os pais não os consigam registar.

Artigo 3. Liberdade de Participação no Processo Político

A constituição e demais legislação prevêem que o cidadão tenha a possibilidade de escolher o seu governo em eleições livres e justas, realizadas periodicamente por voto secreto e com base no sufrágio universal.

Eleições e Participação Política

Eleições Recentes: Em 2017, o governo realizou eleições presidenciais e legislativas em que o MPLA venceu com 61 por cento e o candidato do MPLA, João Lourenço, foi empossado como o terceiro presidente do país desde a independência. Nessas eleições de 2017, o MPLA manteve a maioria absoluta na assembleia nacional, desta feita por 68 por cento; porém, os partidos da oposição tiveram um aumento na sua representação, vencendo 32 por cento dos assentos parlamentares, um aumento na ordem de 20 por cento, comparativamente às eleições de 2012.

Observadores internos e internacionais relataram que a votação em todo o país decorreu geralmente de forma credível e pacífica embora o partido da situação tenha tido vantagens resultantes do controlo da maioria dos órgãos de imprensa e de outros recursos. Os partidos da oposição reclamaram junto ao Tribunal Constitucional sobre alguns aspectos do processo eleitoral, incluindo a falta de transparência na tomada de decisões por parte da Comissão Nacional Eleitoral em elementos chave do processo eleitoral e a percepção de irregularidades ocorridas na votação a nível provincial.

Os governadores provinciais são nomeados pelo governo central. A constituição não especifica um cronograma para a implementação das eleições autárquicas. Em 2018, o governo do presidente João Lourenço prometeu que as eleições autárquicas iriam realizar-se em 2022. O governo declarou que as eleições autárquicas não teriam lugar em 2020 porque o o mesmo não havia concluído a legislação eleitoral necessária para a realização do pleito. O governo também afirmou que a pandemia havia prejudicado o processo de preparação dessas eleições. Os partidos da oposição e a sociedade civil criticaram o governo por não avançar com uma data provável para a realização das eleições.

Partidos e Participação Política: O MPLA, partido no poder, dominou todas as instituições políticas. O poder político esteve concentrado no presidente da República e no Conselho de Ministros, através do qual o presidente exerce o poder executivo. O Conselho tem poderes para promulgar leis, decretos e resoluções, assumindo a maioria das funções normalmente associadas ao poder legislativo. A Assembleia Nacional consiste em 220 deputados eleitos sob uma lista partidária, em sistema de representação proporcional. A Assembleia Nacional tem poderes para elaborar projectos de lei, debater e aprovar legislação, mas o poder executivo tem frequentemente proposto e elaborado projectos de lei para a aprovação da Assembleia Nacional. Nas eleições de 2017, o MPLA manteve a maioria absoluta de 68 por cento na Assembleia Nacional, porém, os partidos da oposição aumentaram a sua representação, conseguindo 32 por cento dos assentos parlamentares, num aumento de 20 por cento relativamente às eleições de 2012.

Os partidos políticos são obrigados a ter representação em todas as 18 províncias, mas apenas o MPLA, a UNITA e a Convergência Ampla para a Salvação de Angola- Coligação Eleitoral (CASA-CE), esta em menor escala, possuíam verdadeiramente círculos eleitorais nacionais. Por lei, nenhum partido político pode limitar a filiação partidária com base na etnia ou género.

Em 27 de Agosto, o Tribunal Constitucional negou a solicitação do fundador da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, de formar o Partido do Renascimento Angolano. Chivukuvuku acusou o partido no poder, MPLA, de repressão e interferência política nas decisões dos tribunais.

Participação da Mulher e Membros de Grupos Minoritários: Não existe na lei, qualquer limitação à participação da mulher e de membros de grupos minoritários no processo político e houve a participação dos mesmos. Dos 220 deputados à Assembleia Nacional, 65 ou 30 por cento eram do sexo feminino, um aumento de 27 por cento comparativamente aos últimos três anos. Quatro em 18, o que corresponde a 22 por cento, dos governadores provinciais eram do sexo feminino, duas vezes mais do que em 2018 e 2019 e sete em 21, ou 33 por cento, dos ministros de governo eram do sexo feminino, uma redução de 37.5 por cento relativamente a 2018 e 2019. Alguns observadores acreditaram que factores tradicionais e culturais impediram a

mulher de participar na vida política, na mesma medida que os homens. O país possui vários grupos linguísticos, muitos dos quais com representatividade no governo.

Artigo 4. Corrupção e Falta de Transparência no Governo

Em 27 de Janeiro, uma nova lei sobre prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa foi publicada. Em 11 de Novembro, foi igualmente publicado um novo código penal que regula os crimes económicos modernos e agrava as penas contra funcionários corruptos. A mesma entra em vigor 90 dias a contar da data da publicação.

O Presidente João Lourenço exonerou ministros, governadores provinciais, oficiais superiores das forças armadas e outros responsáveis do Estado, alegadamente por actos de corrupção. A PGR levou a cabo de forma significativa, mais investigações sobre actos de corrupção e moveu acções judiciais contra vários funcionários. Ainda assim, a impunidade oficial e a aplicação uniforme da legislação anticorrupção continuaram a constituir um grave problema.

Em Agosto, o presidente João Lourenço solicitou à Assembleia Nacional, a revisão do novo código penal, de modo a adequar as penas aos actos de corrupção. Em carta enviada ao presidente da Assembleia Nacional, João Lourenço escreveu que o código penal “pode não estar alinhado com a visão actual e passar uma mensagem errada relativamente aos crimes cometidos no exercício de funções públicas.” Lourenço afirmou estar preocupado de que o novo código penal pudesse estabelecer penas leves para os crimes económicos, tráfico de influência e corrupção no sector público.

Corrupção: A corrupção a todos os níveis do governo foi generalizada, mas a responsabilização melhorou devido a uma maior atenção na criação de equilíbrios e controlo e no aumento da capacidade institucional. Em Agosto, a Câmara dos Crimes Comuns do Tribunal Supremo condenou Valter Filipe, ex-governador do Banco Nacional de Angola, José Filomeno dos Santos “Zenu”, ex-presidente do Fundo Soberano e filho do ex-presidente José Eduardo dos Santos, e dois outros parceiros, de tráfico de influência, branqueamento de capitais e burla. O tribunal aplicou penas que vão dos cinco aos oito anos de prisão. Zenu e os seus co-réus haviam transferido \$500 milhões do Banco Nacional de Angola para uma conta privada no Reino Unido. Todos os réus recorreram à sentença ao plenário do Tribunal do Supremo, recurso esse que foi indeferido.

Em Dezembro de 2019, o Tribunal Provincial de Luanda congelou preventivamente em todo o país, contas bancárias e vários bens pertencentes à primeira filha do ex-presidente Isabel dos Santos, do seu esposo, Sindika Dokolo, e do empresário Mário Leite da Silva, sob suspeita de que tais activos, no valor de mais de \$ 1 bilião, tenham tido origem em fundos públicos obtidos de forma ilícita. Isabel dos Santos considerou o arresto como tendo “motivações políticas”, adiantando que iria recorrer a

“todos os meios no Direito Angolano e internacional” para lutar contra tal medida. Até à data presente, ela continua exilada e subsequentemente, demonstrou vontade de negociar com o Estado Angolano, algo que o presidente João Lourenço descartou como opção.

O Estado iniciou as acções judiciais contra Isabel dos Santos e seus associados com o objectivo de recuperar mais de \$1 bilião de Dólares de fundos alegadamente desviados dos fundos do Estado. Em Dezembro de 2019, o tribunal provincial de Luanda congelou preventivamente bens pertencentes a Isabel e seus associados, na Unitel, a maior empresa de telefonia móvel do país e no Banco de Fomento Angola (BFA), um dos maiores bancos privados do país. Em Maio, o governo moveu acções judiciais contra Isabel dos Santos, por suspeita do crime de peculato, enquanto dirigia a empresa petrolífera estatal, Sonangol.

Em Julho, a PGR, através dos seus Serviços de Recuperação de Activos, efectuou o arresto de três edifícios comerciais privados em Luanda, construídos com fundos provenientes da petrolífera estatal, Sonangol. A PGR afirmou que os edifícios pertenciam à empresa Riverstone Oaks Corporation, controlada pelo ex-vice-presidente e ex-presidente da Sonangol, Manuel Vicente, e pelo ex-director da Sonangol Mobiliária e Propriedades, Orlando Veloso.

Foi comum, ministros e outros altos funcionários do Estado, deterem abertamente, participações em empresas públicas e privadas reguladas ou que tinham negócios com os respectivos ministérios. Existe legislação e regulamentação relativa aos conflitos de interesse, mas não foram colocados em prática. A pequena corrupção no seio da polícia, ensino e noutras instituições do Estado existiu em larga escala. Efectivos da polícia nacional extorquiram valores monetários de cidadãos e refugiados, e os guardas prisionais extorquiram valores monetários de parentes dos reclusos.

Divulgação Financeira: A lei sobre a probidade pública exige que os altos responsáveis, magistrados e procuradores, bem como os gestores das empresas públicas, declarem os seus bens possuídos a nível interno e no exterior do país, à Procuradoria-Geral da República. O presidente e o vice-presidente da República foram os primeiros a apresentar as suas declarações de bens em 2018. As declarações de bens só podem ser divulgadas para fins criminais, disciplinares e administrativos, mediante mandado judicial.

De acordo com o Ministério da Justiça e Direitos Humanos, a informação financeira relativa aos altos funcionários do Estado, foi apresentada ao órgão competente do Estado. A lei trata tais declarações como documentos confidenciais. No prazo de 30 dias a contar da data de tomada de posse, os funcionários públicos devem fazer a declaração de bens e remetê-la de dois em dois anos, a partir daí. A lei não prevê a apresentação de declaração

de bens no momento da saída do cargo, mas estipula que os funcionários devem devolver todos os bens pertencentes ao Estado no prazo de 60 dias.

As penas por incumprimento da lei variam dependendo do tipo de transgressão, mas incluem a exoneração do cargo, a suspensão de exercer funções públicas por três a cinco anos, a proibição de celebrar contractos com o Estado por três anos, a devolução dos fundos obtidos de forma ilícita, e uma multa de até 100 vezes o valor do suborno. A Direcção Nacional da Polícia Económica é o órgão encarregue de investigar as violações a esta lei bem como outros crimes económicos, reencaminhando-os ao tribunal de contas para a acção penal. Não houve relatos de casos relacionados a esta lei, no decorrer do ano.

Artigo 5. Posição do Governo Relativamente a Investigação Internacional e Não Governamental sobre Alegadas Violações aos Direitos Humanos

Vários grupos defensores dos direitos humanos nacionais e internacionais realizaram as suas actividades em todo o país. Alguns dos quais, que investigaram a corrupção ao nível do governo e as violações aos direitos humanos, alegaram interferência do governo nas suas actividades, principalmente nas províncias fora de Luanda. As organizações da sociedade civil enfrentaram menos dificuldades no contacto com reclusos, comparativamente aos anos anteriores e as autoridades prisionais autorizaram o trabalho da sociedade civil nas cadeias.

A Lei das Associações exige que as ONGs especifiquem as suas atribuições e área de actividade. O governo usou esta cláusula para impedir ou desencorajar ONGs já criadas de se envolverem em certas actividades, particularmente as tidas pelo Estado como sendo politicamente sensíveis.

O governo autorizou as ONGs locais a realizar trabalhos ligados aos direitos humanos, mas muitas das ONGs foram obrigadas a limitar o seu âmbito de actuação por terem enfrentado dificuldades no registo, sido alvo de métodos subtis de intimidação e arriscaram-se a formas mais graves de hostilização e encerramento das actividades.

Órgãos dos Direitos Humanos do Estado: A Comissão Interministerial para a Elaboração de Relatórios Nacionais sobre os Direitos Humanos, instituída pelo Estado, incluiu representantes de vários ministérios. Membros proeminentes da sociedade civil decidiram não participar na comissão por não crerem na sua independência e eficácia.

A 10ª Comissão da Assembleia Nacional, sobre os Direitos Humanos, está encarregue de investigar queixas de cidadãos sobre violações aos direitos humanos e faz as devidas recomendações à Assembleia Nacional.

A Provedoria da Justiça, com jurisdição nacional, tem a função de mediar litígios entre populares queixosos, incluindo reclusos, e o alvo de tais queixas, no caso, órgãos e outras instituições do Estado. A Provedoria tem

gabinetes de representação nas províncias de Cabinda, Cuanza Sul, Cunene, Huambo e Luanda e, sem possuir poder de decisão ou deliberativo, tem auxiliado os cidadãos no acesso à justiça, aconselhado as entidades do Estado sobre os direitos dos cidadãos e publicado relatórios. Estes relatórios são apresentados anualmente à Assembleia Nacional. O Provedor de Justiça é eleito por maioria, pela Assembleia Nacional.

Artigo 6. Discriminação, Violação Societária e Tráfico de Seres Humanos

Mulher

Violação Sexual e Violência Doméstica: A violação sexual, incluindo a violação conjugal ou cometida por parceiro sexual, constitui crime punível com pena máxima de 8 anos de prisão, em caso de condenação. Recursos limitados de investigação, fraca capacidade de investigação forense e um sistema judicial ineficaz têm dificultado a acusação da maioria dos casos. O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos trabalhou em colaboração com o Ministério do Interior no sentido de aumentar o número de efectivos do sexo feminino na polícia nacional e de melhorar a resposta da polícia às alegações de violação sexual.

A lei criminaliza a violência doméstica e penaliza os autores de tais crimes com pena máxima de prisão de oito anos e multas pecuniárias, dependendo da gravidade do crime. O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos trabalhou em conjunto com a Ordem dos Advogados Angolana num programa de assistência jurídica gratuita para mulheres vítimas de violência e criou centros de aconselhamento para auxiliar as famílias a lidarem com o problema da violência doméstica.

O governo informou que os casos de violência doméstica aumentaram durante o período de confinamento, devido à pandemia. De acordo com um relatório do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), entre Março e Maio, foram registados 567 casos de violência doméstica no segundo trimestre, comparativamente a 444 casos registados no primeiro semestre. A ONG Observatório do Género iniciou uma campanha denominada “Quarentena Sem Violência”, tendo instado a Polícia Nacional no sentido de criar uma linha de atendimento de chamadas urgentes para casos de violência doméstica. Em Maio, o MASFAMU estabeleceu uma parceria com as Nações Unidas no apoio à criação de uma linha de atendimento para vítimas de violência do género.

Outras Práticas Tradicionais Prejudiciais: Existem relatos anedóticos de que em algumas comunidades, as mulheres e as crianças são alvo de violência devido à acusações de bruxaria. O Ministério da Cultura e o Instituto Nacional da Criança (INAC) têm iniciativas educativas e programas de emergência para auxiliar crianças acusadas de bruxaria.

Assédio Sexual: O assédio sexual foi uma prática comum e não é punível por lei. No entanto, ele pode ser alvo de acção penal, enquadrado nos crimes de ofensas corporais e de difamação.

Controlo Coercivo do Crescimento Populacional: Não houve relatos de aborto coercivo ou de esterilização involuntária imposto por órgãos do Estado. Durante o ano, a filial Angolana da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) teve uma cisão com a liderança Brasileira. Em 23 de Junho, um grupo de pastores Angolanos da IURD, assumiu o controlo de alguns dos 230 templos da IURD no país, após acusarem a liderança Brasileira de racismo e hostilização, incluindo a obrigatoriedade de realização de vasectomia por parte dos pastores Angolanos da IURD ou de aborto obrigatório, em caso de gravidez por parte das esposas dos pastores da IURD. Ambos os grupos apresentaram queixa um contra o outro, o que levou ao encerramento e ao arresto de pelo menos sete templos em Angola, por parte da Procuradoria Geral da República, sob a acusação de branqueamento de capitais. No final do ano, prosseguiram as investigações criminais.

Discriminação: Nos termos da constituição e demais legislação, as mulheres têm os mesmos direitos e estatuto jurídico que os homens. No entanto, o Estado não a fez cumprir a lei eficazmente, visto que a discriminação da sociedade para com a mulher continuou a constituir um problema, principalmente nas áreas rurais. O direito consuetudinário continuou a prevalecer nas áreas rurais e, por vezes, teve um impacto negativo sobre o direito de herança da mulher.

A lei prevê o princípio de salário equitativo para trabalho igual, mas a mulher geralmente desempenhou funções de categoria inferior. Houve restrições de natureza legal sobre o emprego da mulher em ofícios e indústrias, relativamente aos homens, incluindo nos trabalhos considerados perigosos, trabalhos fabris, e os do sector mineiro, agricultura e energia. O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher levou a cabo uma campanha de informação interministerial sobre os direitos da mulher e sobre a violência doméstica e realizou workshops nacionais, provinciais e municipais e sessões de formação.

Criança

Registo de Nascimento: A cidadania é atribuída no caso de nascimento no país ou herdada de um dos pais. O Estado não efectua o registo de todos os nascimentos de forma imediata. De acordo com o censo realizado em 2014, aproximadamente 13.7 milhões de cidadãos (46 por cento da população) carecem do documento de registo de nascimento. Durante o ano, o governo continuou a realizar programas visando a melhoria das taxas de registo de nascimento através de registos no terreno em locais como as maternidades nas 18 províncias, denominado “Nascido com Registo”. O Estado também deu formação a parteiras nas áreas rurais para realizarem registos provisórios, cuja documentação seria posteriormente convertida em certidões de registo oficiais. O Estado autorizou as crianças a frequentarem o ensino sem registo de nascimento, mas apenas até o sexto ano de escolaridade. O Estado implementou um processo de registo em massa com vista à emissão de bilhetes de identidade, com o objectivo de conceder identificação a todos os cidadãos, até ao final de 2022.

Educação: A educação é a título gratuito e obrigatória para crianças documentadas, até ao nono ano de escolaridade. Os estudantes nas escolas estatais deparam-se frequentemente com custos adicionais tais como livros ou tarifas irregulares pagas directamente a funcionários da educação para se conseguir vaga. No caso de impossibilidade do pagamento de tais valores, as crianças normalmente ficam fora do sistema de ensino. O Ministério da Educação calcula entre um a dois milhões, o número de crianças fora do sistema de ensino, devido à escassez de professores e de escolas. Devido à instauração do “estado de emergência”, que entrou em vigor em 27 de Março, o governo encerrou as escolas como medida preventiva contra a disseminação do COVID-19, tendo providenciado o ensino através de programas televisivos. O governo começou a reabrir as escolas em Outubro.

Houve relatos de que, principalmente nas áreas mais rurais, os pais tendem a enviar para a escola os rapazes, em detrimento das meninas. De acordo com a UNESCO, as taxas de frequência escolar foram superiores para os rapazes, comparativamente às meninas, principalmente no nível secundário de ensino.

Violência contra a Criança: A violência contra a criança foi generalizada. Relatos de violência física no lar foram comuns e os funcionários locais toleraram em grande parte esta situação devido à falta de capacidade das instituições de tratarem devidamente a questão. O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher oferece programas para crianças vítimas de violência e outras crianças vulneráveis. No entanto, a implementação a nível nacional de tais programas, continuou a constituir um problema.

Em Junho, o governo lançou uma linha de atendimento denominada “SOS Criança” para o tratamento de casos de violência contra a criança. Em menos de duas semanas, funcionários do Estado afirmaram que a linha de atendimento havia recebido 19,753 chamadas relativas a casos de violência contra a criança.

Casamento Infantil, Precoce e Forçado: A idade legal para o casamento com consentimento dos pais é de 15 anos para as meninas e de 16 anos para os rapazes. O governo não fez cumprir esse pressuposto eficazmente e a idade tradicional para o casamento entre grupos de baixa renda coincidiu com o início da puberdade. De acordo com o UNICEF, 6 por cento dos homens entre 20 e 24 anos de idade, encontravam-se casados ou em união-de-facto antes de atingirem os 18 anos, 30 por cento das mulheres entre os 20 e 24 anos de idade encontravam-se casadas ou em união-de-facto até aos 18 anos de idade e 7 por cento das mulheres entre os 20 e 24 anos de idade encontravam-se casadas ou em união-de-facto até aos 15 anos de idade.

Exploração Sexual da Criança: Todas as formas de prostituição, incluindo a prostituição infantil, são ilegais. A polícia não fez cumprir de forma activa, a legislação sobre a prostituição e ONGs locais manifestaram preocupação relativamente a exploração do sexo para fins comerciais da

criança, que continuou a constituir um problema. A lei proíbe o uso da criança para fins pornográficos, porém, ela não proíbe a aquisição ou a oferta de crianças para a realização de pornografia ou o uso, aquisição ou oferta de criança para eventos pornográficos.

A relação sexual entre um adulto e uma criança menor de 12 anos é considerada crime de violação sexual, punível com pena máxima de 12 anos de prisão. A relação sexual com uma criança entre 12 a 17 anos, é considerada violação sexual, e os autores podem ser punidos com pena de dois a oito anos de prisão. A idade legal para o sexo consensual é de 18 anos. Os poucos recursos de investigação existentes e um sistema judicial inadequado dificultaram a acção penal na maioria dos casos. Houve relatos de processos judiciais durante o ano.

Rapto Infantil Internacional: O país não é subscritor da Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Infantil Internacional. Consultar o *Relatório Anual sobre Rapto Infantil Internacional* do Departamento de Estado dos EUA no site <https://travel.state.gov/content/travel/en/International-Parent-Child-Abduction/for-providers/legal-reports-and-data/reported-cases>.

Anti-Semitismo

Existe uma comunidade Judaica de aproximadamente 350 pessoas, constituída maioritariamente por cidadãos Israelitas residentes. Não houve relatos de actos anti-semitas.

Tráfico de Pessoas Humanas

Consultar o *Relatório sobre Tráfico de Pessoas Humanas* do Departamento de Estado dos EUA em <https://www.state.gov/trafficking-in-persons-report/>.

Pessoas Portadoras de Deficiência

A lei proíbe a discriminação contra pessoas portadoras de deficiência física, sensorial, intelectual e mental, mas o Estado não cumpriu eficazmente como tais proibições. A constituição concede às pessoas portadoras de deficiência, plenos direitos e sem restrições e apela ao governo no sentido de adoptar políticas nacionais para a prevenção, tratamento, reabilitação e integração de pessoas com deficiência, no apoio as suas famílias; a remoção de obstáculos a sua mobilidade; a educação da sociedade relativamente às suas deficiências e ao encorajamento das oportunidades de aprendizagem e de formação para pessoas com deficiência.

A lei determina a realização de alterações aos edifícios, meios de transporte e de comunicação públicos com vista ao aumento do acesso por parte das pessoas portadoras de deficiência. A lei também prevê o estabelecimento de um sistema de quota no sentido de encorajar os sectores público e privado a empregar mais pessoas portadoras de deficiência, sendo que para o sector

público a quota é de 4 por cento ao passo que para o sector privado é de 2 por cento. Porém, organizações e da sociedade civil e pessoas portadoras de deficiência relataram que o governo não cumpriu com a legislação e que as barreiras ao acesso continuaram a existir de forma significativa.

O funcionário do Estado responsável pela supervisão dos programas que visam a promoção da inclusão das pessoas portadoras de deficiência admitiu que tanto o sector privado como o público não lograram atingir a meta do sistema de quotas previsto na lei. A ANDA, uma ONG que promove os direitos das pessoas portadoras de deficiência, afirmou em Março numa entrevista, que a discriminação e as barreiras físicas e psicológicas impediam o acesso das pessoas com deficiência ao trabalho, educação, e transportes públicos.

As pessoas portadoras de deficiência incluíram mais de 80,000 sobreviventes de acidentes com minas e outros resíduos explosivos da guerra. A ONG Handicap International calcula que existam cerca de 500,000 pessoas portadoras de deficiência. Devido aos recursos limitados do governo e o desnível em termos de disponibilidade, apenas 30 por cento dessas pessoas beneficiaram de serviços providenciados pelo Estado tais como a reabilitação física, o ensino, a formação e o aconselhamento.

As pessoas portadoras de deficiência enfrentaram dificuldades no acesso às instalações públicas e privadas, emprego e sistema de ensino. Houve relatos de que as mulheres portadoras de deficiência são vulneráveis à violência sexual e ao abandono, após a gravidez. O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher procurou resolver os problemas com que se deparam as pessoas portadoras de deficiência, incluindo antigos combatentes com deficiência e várias instituições do Estado apoiaram programas de auxílio a pessoas com deficiência resultantes de acidentes com minas terrestres.

Pessoas Nativas

A constituição não se refere especificamente aos direitos que assistem as populações nativas e não existe legislação específica que defenda os seus direitos e ecossistemas. Uma ONG calcula que 14,000 membros da etnia San espalhados nas províncias da Huíla, Cunene, Cuando Cubango e Moxico, sofreram discriminação e não tiveram acesso aos serviços básicos do Estado como a assistência médica, a educação e bilhete de identidade.

Actos de Violência, Criminalização e Outros Tipos de Violência Com Base na orientação Sexual ou na Identidade do Género

A constituição proíbe todas as formas de discriminação, mas não se refere concretamente à questão da orientação sexual ou da identidade do género. O novo código penal descriminaliza as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo e ilegaliza a discriminação com base na orientação sexual.

ONGs locais informaram que as lésbicas, os bissexuais, os transgéneros e as pessoas intersexuais enfrentaram violência, discriminação e hostilização. O

Estado, através das suas instituições de saúde, criou uma série de iniciativas tendentes a diminuir a discriminação contra as pessoas LGBTI.

A discriminação contra as pessoas LGBTI raramente foi motivo de notícia e quando o foi, as pessoas LGBTI garantiram que por vezes, a polícia recusou registar a queixa. A associação continuou a colaborar com o Ministério da Saúde e com o Instituto Nacional de Luta Contra a SIDA na melhoria do acesso da comunidade LGBTI aos serviços de saúde e à educação sexual.

HIV-SIDA e Estigma Social

A discriminação contra as pessoas que vivem com o HIV-SIDA é ilegal, mas a falta de imposição das medidas contra a discriminação fez com que funcionários discriminassem as pessoas que vivem com HIV. Não houve novos relatos de violência contra as pessoas que vivem com HIV. ONGs vocacionadas para a saúde, nacionais e internacionais, sugeriram ser comum a discriminação contra as pessoas que vivem com HIV. O Instituto Nacional de Luta Contra a SIDA leva a cabo acções de formação dirigida aos seus funcionários, para uma maior sensibilidade e a não discriminação, durante a testagem e aconselhamento de pacientes com HIV.

Artigo 7. Direitos dos Trabalhadores

a. Liberdade de Associação e Direito de Acordo Colectivo

A lei prevê o direito dos trabalhadores, excepto os membros das forças armadas, polícia, bombeiros, membros dos órgãos de soberania e procuradores, de criarem e filiarem-se a sindicatos independentes. Para a formação de um sindicato, existe um processo de registo que passa pela autorização do governo, e em que no mínimo, 30 por cento dos trabalhadores de um dado sector por província tem de se filiar. A lei prevê o direito ao acordo colectivo, excepto para a função pública. A lei proíbe a realização de greves por parte dos efectivos das forças armadas, polícia, procuradores e magistrados da PGR, funcionários prisionais, bombeiros, funcionários públicos do sector da prestação dos “serviços essenciais” e trabalhadores do sector petrolífero. Os serviços essenciais têm uma definição genérica, mas incluem os sectores dos transportes, comunicações, gestão e tratamento de resíduos e distribuição de combustíveis. Em condições de excepção, em que esteja em jogo o interesse nacional, as autoridades têm a prerrogativa de requisitar trabalhadores a partir do sector de serviços essenciais. A lei não proíbe explicitamente a interferência da entidade patronal no trabalho dos sindicatos.

Embora a lei autorize o trabalho dos sindicatos sem a interferência do Estado, ela coloca algumas restrições na sua capacidade de realizar greves. Antes da realização de uma greve, os trabalhadores são obrigados a negociar com a entidade patronal durante um mínimo de 20 dias, antes de paralisarem as actividades. Em caso de fracasso das negociações, o Estado pode negar o direito à realização da greve pretendida. O Estado pode interferir em disputas laborais que afectem a segurança nacional e o sector da energia. As disputas relativas aos acordos colectivos de trabalhadores devem ser

resolvidas mediante arbitragem obrigatória do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. A lei proíbe a retaliação por parte da entidade patronal por realização de greves, mas permite ao Estado obrigar os trabalhadores a regressar ao trabalho por “violação à disciplina laboral” ou participação em greve não autorizada. Ainda assim, a lei proíbe a discriminação anti-sindical e determina que as queixas dos trabalhadores devem ser deliberadas na Câmara do Trabalho. O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social possuía uma linha de atendimento e dois centros de atendimento em Luanda para trabalhadores com queixas sobre violações dos direitos laborais. Por lei, as entidades patronais são obrigadas a reempregar os trabalhadores que tenham sido despedidos por realizarem actividades sindicais.

Durante o ano, ocorreram várias greves nos sectores público e privado, por litígios entre os trabalhadores e as entidades patronais. Houve também alegações de retaliação contra grevistas, durante o ano.

Em Junho, três sindicatos de taxistas acordaram em realizar uma greve e recusaram circular no município de Cacuo por falta de paragens e pelo mau estado de conservação das estradas. A governadora de Luanda, Joana Lina, exigiu o levantar da greve e deu o prazo de quatro dias para os sindicatos resolverem o problema.

De uma forma geral, o governo não fez cumprir eficazmente a legislação laboral em vigor. As câmaras do trabalho funcionaram, mas estiveram sobrecarregadas devido ao acumular de processos e à falta de meios adequados. A lei prevê penas para a violação da lei e dos contractos laborais, que são proporcionais com as outras leis que envolvem a negação de direitos civis, mas as penalizações não tiveram um efeito dissuasivo devido ao fraco funcionamento dos tribunais.

A liberdade de associação e o direito ao acordo colectivo de trabalhadores são aspectos que nem sempre foram respeitados. É obrigatória a autorização do Estado para a constituição de sindicatos e para a filiação aos mesmos, uma questão dificultada por problemas na filiação e legalização. Os sindicatos independentes dos dirigidos pelo Estado, trabalharam no sentido de aumentar a sua esfera de influência, mas o partido no poder, MPLA, continuou a dominar o movimento laboral devido à ligação histórica entre o partido e o trabalho e devido a maior base financeira da maior união sindical do país (que é igualmente o braço sindical do MPLA). O Estado é o principal empregador do país e o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social estabeleceu os salários dos trabalhadores da função pública sem negociar com os sindicatos.

b. Proibição de Trabalho Forçado ou Obrigatório

A lei proíbe todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório e estabelece penalizações proporcionais as dos crimes graves similares. O Estado não fez cumprir com eficácia a lei, devido em parte ao número insuficiente de inspectores e à corrupção sistémica.

O trabalho forçado de homens e mulheres ocorreu no sector das pescas, agricultura, construção civil, serviços domésticos e no sector mineiro artesanal, principalmente nas províncias da Lunda Norte e Lunda Sul. Os trabalhadores migrantes foram alvo de confisco dos seus passaportes, ameaças, privação de alimentos e confinamento. Também ocorreram casos de trabalho forçado infantil (consultar o parágrafo c do Artigo 7)

Consultar igualmente o *Relatório sobre o Tráfico de Seres Humanos* do Departamento de Estado dos EUA em www.state.gov/trafficking-in-persons-report7.

c. Proibição do Trabalho Infantil e Idade Mínima para o Emprego

A lei proíbe as crianças menores de 14 anos de trabalharem. Para assinar um contrato de trabalho, a lei exige que os jovens façam prova de possuírem 14 anos de idade ou superior. As crianças entre 14 e 16 anos de idade podem trabalhar, com a permissão dos encarregados de educação ou sem, caso sejam casadas, e desde que tal trabalho não interfira na formação académica ou não as incapacite física, mental ou moralmente. A lei também permite às crianças órfãs trabalharem, mediante uma carta emitida por uma “instituição apropriada” sem, no entanto, especificar o tipo de instituição. O Ministério da Assistência Social, Família e Promoção da Mulher; o Ministério do Interior; o INAC; e a polícia nacional são as entidades responsáveis por fazer cumprir a legislação laboral infantil.

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, continuou a implementar o seu *Plano Nacional de Acção para a Erradicação do Trabalho Infantil* para 2018-22, que tem como objectivo identificar as principais áreas e tipos de trabalho infantil e reforçar a coordenação das investigações, processos judiciais e aplicação de penas relativas a crimes de trabalho infantil. O Estado não controlou de forma eficaz o enorme sector informal, aonde ocorrem a maioria dos casos de trabalho infantil.

As penalizações são proporcionais as dos crimes graves similares. O Estado não fez cumprir de forma consistente a legislação e o trabalho infantil, principalmente no sector informal, continuou a constituir um problema. Até o mês de Março, o INAC havia registado 573 casos de trabalho infantil de natureza perigosa em fazendas, envolvendo o manuseamento de produtos químicos, pedras e blocos e informaram o caso às forças da ordem. O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social tinha a supervisão dos locais de trabalho formais em todas as 18 províncias, mas não se sabe se os inspectores verificaram a idade dos trabalhadores ou o estado desses locais de trabalho. No caso de o Ministério determinar a existência de trabalho infantil em determinado local de trabalho, o caso é encaminhado para o Ministério do Interior para fins de investigação e eventual processo judicial. Não se sabe se o Estado aplicou alguma multa a alguma entidade laboral por utilização de mão-de-obra infantil.

O trabalho infantil ocorreu no sector agrícola, em fazendas familiares e comerciais bem como no sector das pescas, fabrico de blocos, garimpo de diamantes, fabrico de carvão, trabalho doméstico, construção civil e vendas de rua. As práticas laborais de exploração incluem o envolvimento em vendas, transporte e descarregamento de produtos nos portos e entre os postos fronteiriços. As crianças foram obrigadas a trabalhar como correios, no comércio que inclui a travessia ilegal da fronteira com a Namíbia. Criminosos adultos, por vezes utilizam crianças em actividade criminosa forçada, visto que as crianças com menos de 12 anos de idade são inimputáveis.

O trabalho de rua foi comum, principalmente nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Huíla e Cuanza Sul. Investigadores acharam crianças a trabalhar nas ruas de Luanda. A maioria dessas crianças trabalhava como engraxadores, lavadores de carro, transportadores de água e outros artigos ou realizavam outro tipo de trabalho informal, havendo inclusive alguns envolvidos em pequenos crimes e a mendigar. Também ocorreu a exploração sexual da criança para fins comerciais (consultar o artigo 6).

A incidência do trabalho infantil aumentou nas províncias do sul do país devido à grave seca. Na província do Cunene, as crianças foram obrigadas a abandonar a escola e a trabalhar como pastores ou a cavar poços de água. A seca e a consequente devastação económica, aumentou o risco de exploração de pessoas vulneráveis na província. Uma ONG no Cunene afirmou que a seca obrigou muitos rapazes a procurar emprego nas áreas urbanas e as raparigas a prostituírem-se.

O governo, através do INAC, trabalhou no sentido de criar, formar e reforçar as redes de protecção à criança, a nível municipal e provincial, em todas as 18 províncias. Não existe um mecanismo central de localização de casos ou de fornecimento de estatística. O Estado também alocou recursos destinados ao aumento das oportunidades académicas e de subsistência das crianças e suas famílias.

Consultar igualmente as *Constatações sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil* em <https://www.dol.gov/agencies/ilab/resources/reports/child-labor/findings> e a *Lista de Artigos Produzidos por meio de Trabalho Infantil ou Trabalho Forçado* em <https://www.dol.gov/agencies/ilab/reports/child-labor/list-og-goods>., ambas elaboradas pelo Departamento de Trabalho dos EUA.

d. Discriminação relativa ao Emprego e Ofício

A Lei Geral do Trabalho proíbe a discriminação no emprego e ofício com base na raça, género, deficiência ou idioma e o Estado, de uma forma geral, fez cumprir com eficácia, esta lei no sector informal. Porém, a Organização Internacional do Trabalho notou que a lei não define claramente a questão da discriminação. A constituição proíbe todas as formas de discriminação, apesar de não se referir concretamente aos

aspectos do HIV-SIDA, orientação sexual e identidade do género no trabalho (consultar o artigo 6). A lei prevê pagamento equitativo para trabalho igual, mas continuaram a existir no país, as diferenças salariais do género. Houve restrições legais sobre o emprego da mulher, em trabalhos considerados perigosos, bem como em fábricas, e na indústria, como a mineira, agricultura e no sector da energia. As mulheres ocuparam cargos ao nível dos ministérios.

O Estado não fez cumprir com eficácia a lei, apesar das multas, quando aplicadas, terem sido proporcionais às relacionadas com os outros direitos civis. Não houve processos judiciais sobre casos relacionados com discriminação no emprego ou ofício com base no género, tanto no sector público como privado. As pessoas portadoras de deficiência enfrentaram dificuldades no acesso a instalações públicas ou privadas bem como dificuldades no acesso ao sistema de educação e conseqüentemente, encontrarem emprego. Relatos durante o ano, indicam que as pessoas portadoras de albinismo também foram alvo de discriminação no emprego e no acesso aos serviços públicos. No passado, houve também queixas sobre discriminação contra trabalhadores estrangeiros. Não houve processos judiciais por actos de discriminação no emprego. As penas aplicadas não foram suficientes e não tiveram efeito dissuasivo para impedir as transgressões.

e. Condições de Trabalho Aceitáveis

Existe um salário mínimo no sector formal, que varia mediante o sector. O Comité das Nações Unidas sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais mostrou-se preocupado com as disparidades existentes no salário mínimo por sector e a possibilidade desse facto poder desvalorizar o trabalho nos sectores dominados pela mulher. O salário mínimo mais baixo foi no sector agrícola e ficou abaixo do nível estabelecido pelo PNUD relativamente a linha oficial da pobreza. O salário mínimo para o sector formal pode ser ajustado anualmente ou quando o governo determine que as condições económicas assim o exijam. A lei sobre o salário mínimo não se aplica aos trabalhadores do sector informal, tais como os vendedores de rua e os agricultores de subsistência.

A semana de trabalho padrão no sector privado é de 44 horas, ao passo que no sector público é de 37 horas. Em ambos os sectores, a lei obriga a existência de, no mínimo, um período ininterrupto de 24 horas de descanso semanal. No sector privado, os trabalhadores em regime de turno ou em regime de trabalho semanal variável, podem trabalhar até um máximo de 54 horas por semana antes da obrigação da entidade patronal de pagar horas extras. No sector formal, existe a proibição sobre horas extras compulsórias excessivas, definidas como um período superior a duas horas por dia, 40 horas por mês ou 200 horas por ano. A lei prevê ainda o direito a férias anuais. Por lei, a entidade patronal é obrigada a providenciar um bônus no valor de 50 por cento do salário mensal aos empregados, anualmente, em Dezembro, bem como a férias anuais. A lei não cobre o sector do trabalho doméstico, mas um decreto presidencial de 2016

promulgou alguns aspectos e normas em defesa dos trabalhadores domésticos. As normas relativas à semana laboral não se fizeram cumprir a menos que os trabalhadores fizessem uma queixa formal ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. A lei defende os trabalhadores estrangeiros com estatuto legal ou visto de trabalho temporário.

O Estado fez cumprir com eficácia a lei sobre o salário mínimo no sector laboral formal e as penas foram proporcionais as de infracções similares. As normas laborais ou de salários, não se aplicam à maioria dos trabalhadores do sector informal. Calcula-se que 60 por cento da economia seja derivada do sector informal e a maioria do pessoal assalariado mantinha um segundo emprego ou dependia da agricultura ou de outros sectores informais para complementar os seus rendimentos.

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, está encarregue de implementar e fazer cumprir a lei. O número insuficiente de inspectores devidamente capacitados prejudicou os esforços de aplicação da lei. Os inspectores têm a autoridade de realizar inspecções surpresa e de aplicar sanções, mas algumas empresas foram avisadas de antemão sobre a iminência de uma visita de inspecção.

As normas relativas à segurança e saúde no trabalho são de cumprimento obrigatório em todos os sectores da economia. Os funcionários têm o direito de se retirar do local de trabalho, no caso de condições de trabalho perigosas, sem comprometer a continuidade no emprego. O Estado nem sempre fez cumprir de forma proactiva as normas sobre segurança e saúde no trabalho nem investigou o funcionamento das empresas privadas, excepto em caso de queixas feitas por ONGs e pelos sindicatos. O número de inspecções foi reduzido devido à pandemia do COVID-19. Em 2019, ocorreram 241 acidentes industriais de grande vulto, que resultaram em morte ou em ferimentos graves de trabalhadores.

f.

g.